

A CONTABILIDADE GERENCIAL E A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS NAS TOMADAS DE DECISÃO EM EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE

Karoline Arouca Rocha¹
Luiz Gustavo Machado da Silva²
Abuaré de Almeida Machado Junior³

abuareamjr@yahoo.com.br

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os demonstrativos contábeis de uma empresa prestadora de serviços de apoio a saúde referente ao exercício de 2024, com ênfase no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A análise foi realizada por meio da aplicação de indicadores financeiros, contemplando liquidez, endividamento e rentabilidade, com vistas a apoiar a tomada de decisão da gestão. Os resultados apontaram uma redução significativa no patrimônio líquido e a ocorrência de prejuízos acumulados ao longo do exercício, demonstrando desafios de rentabilidade e eficiência operacional. Por outro lado, a empresa apresentou capacidade de honrar obrigações de curto prazo, ainda que com crescente dependência de capitais de terceiros. Conclui-se que a utilização de indicadores financeiros, quando integrada à contabilidade gerencial, constitui ferramenta estratégica para a gestão da empresa, contribuindo para ajustes no planejamento, no controle de custos e no equilíbrio entre capital próprio e de terceiros.

PALAVRAS-CHAVE: contabilidade gerencial; tomada de decisão, ferramentas contábeis gerenciais.

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário empresarial, marcado por intensas transformações e alta competitividade, torna-se essencial que os gestores adotem ferramentas que possibilitem uma tomada de decisão mais estratégica, eficiente e baseada em dados concretos. Nesse contexto, a contabilidade gerencial destaca-se como um instrumento fundamental para fornecer informações relevantes e tempestivas que

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – Faculdade Vértix Trirriense – UNIVÉRTIX - TR

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – Faculdade Vértix Trirriense – UNIVÉRTIX - TR

³ Mestre em sistemas de gestão pelo Uff, MBA em estratégia e gestão pela UFF, especialista em educação do ensino profissional e graduado em Ciências Contábeis.

auxiliam os gestores a compreenderem a realidade econômica e financeira da organização.

Marion (2011), certifica-se que a contabilidade gerencial tem como finalidade apoiar o processo de gestão, fornecendo dados que contribuem para o planejamento, controle e avaliação do desempenho organizacional. Ao contrário da contabilidade voltada para usuários externos, a contabilidade gerencial foca na geração de informações internas que facilitam o processo decisório.

Nessa mesma linha, Nogueira e Nunes (2023) ressalta que a contabilidade, quando bem aplicada, é capaz de orientar os gestores em suas decisões, tornando-se uma aliada no enfrentamento de desafios e na busca por melhores resultados.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como foco investigar a aplicação da contabilidade gerencial no processo de tomada de decisão das organizações, com o intuito de compreender como as informações geradas por essa vertente contábil podem contribuir de forma efetiva para a gestão organizacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda organização possui uma área da Contabilidade que se responsabiliza por suas informações. Contudo, em muitas dessas organizações, há a preocupação central de apurar tributos e atender às obrigações exigidas pelo Fisco. Pela contabilidade, é possível extrair informações sobre a situação econômico-financeira da empresa, possibilitando a melhora do desempenho organizacional. Nessa conjuntura, tem-se a origem da ramificação da contabilidade, denominada Contabilidade Gerencial (Nogueira e Nunes, 2023).

Segundo Marion (2011) a contabilidade gerencial, não está obrigada a cumprir as determinações legais ou regras fixadas por órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis etc., pode ser conceituada como o sistema de informação que tem por objetivo suprir a entidade com informações não só de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também com outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões.

A Contabilidade Gerencial é essencial para o planejamento, a avaliação e o controle das organizações, fornecendo subsídios para a tomada de decisão de forma mais eficaz. Conforme Marion (2011, p. 16),

a contabilidade gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação das informações financeiras usadas pela administração para planejar, avaliar e controlar uma organização e assegurar o uso adequado e a responsabilização por seus recursos.

Essa definição reforça a ideia de que, além dos aspectos legais e fiscais, a contabilidade deve atuar como uma ferramenta estratégica para melhorar a performance da empresa.

2.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Compreende-se por sistema de informação um conjunto articulado de dados, técnicas de acumulação, ajustes e edição de relatórios que permite tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo de custo, e dar condições para, por meio da utilização de informações primárias constantes do arquivo básico, com técnicas derivadas da própria contabilidade e/ou outras disciplinas, fornece relatórios de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não (Marion, 2011).

Segundo estudo sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, elaborado no início da década de 1980, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Ipecafi), a contabilidade constitui, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Em geral, os sistemas informacionais obtêm dados do ambiente interno e externo à organização, após o processamento há a transformação em informações. Esses softwares permitem a disponibilização de relatórios por meio de modelos matemáticos, gráficos e tabelas que permitem a integração organizacional. Um bom sistema de informação pode suprir as necessidades operacionais de uma empresa e proporciona tomada de decisões mais eficiente (Batista; Ribeiro; Macohon, 2021).

2.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos

fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados (CPC 26).

As demonstrações contábeis representam instrumentos fundamentais para a análise da situação patrimonial, financeira e de desempenho das organizações, possibilitando que gestores e demais usuários da informação contábil tomem decisões baseadas em dados confiáveis e estruturados.

De acordo com o Art. 176 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ao fim de cada exercício social, a diretoria deve elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que compreendem: o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e, no caso de companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

2.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem como objetivo apresentar, de forma estática, a situação patrimonial e financeira da empresa em determinado momento. A importância do balanço está na visão que ele fornece dos recursos da empresa e quantos desses recursos são devidos a terceiros. Evidenciando o nível de endividamento, a proporção do capital próprio, a liquidez da empresa, e outras análises (Bressan, *et al.* 2022).

Este Pronunciamento Técnico não prescreve a ordem ou o formato que deva ser utilizado na apresentação das contas do balanço patrimonial, mas a ordem legalmente instituída no Brasil deve ser observada. O item 54 simplesmente lista os itens que são suficientemente diferentes na sua natureza ou função para assegurar uma apresentação individualizada no balanço patrimonial (CPC 26, item 57).

Conforme estabelece o §1º do Art. 176 da Lei 6.404/76, os elementos do Ativo e do Passivo devem ser avaliados segundo os critérios fixados na legislação, observando os princípios da oportunidade e da competência, de forma a refletir a realidade da empresa, portanto as contas do Ativo devem ser apresentadas na ordem decrescente de liquidez, ou seja, quanto mais rápido serem disponíveis em espécie

(dinheiro), maior grau de liquidez. O grau de exigibilidade está relacionado com o prazo de pagamento das obrigações ou dívidas. Nesse caso, quanto menor for o prazo para pagamento da obrigação, mais rápido teremos que pagá-la.

2.3.1.1. CLASSIFICAÇÃO DO ATIVO

O Ativo é composto pelas contas representativas de bens, direitos e outros recursos da organização que gerem ou ajude a gerar caixa (Bressan, *et al.* 2022).

Nos critérios de avaliação do Ativo, o Art. 183 da Lei nº 11.638/2007, estabelece a disposição do ativo em dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

No Ativo Circulante são classificados os índices de maior liquidez, ou seja, os realizáveis no curto prazo (inferior a um ano) para empresas que têm ciclos operacionais iguais ou inferiores a um ano. (Bressan, *et al.* 2022).

Divide-se nos subgrupos: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Contas a Receber, Estoques, Ativos Especiais e Despesas Antecipadas.

Os Ativo Não Circulante são ativos de menor liquidez que o Ativo circulante e transformam-se em dinheiro mais lentamente os quais serão realizáveis no longo prazo. (Bressan, *et al.* 2022).

De acordo com a Lei nº 11.638/2007, o grupo Não Circulante possui os seguintes subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Listado em ordem decrescente de liquidez, esses itens apresentam baixa liquidez ou liquidez mínima.

2.3.1.2. CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO

Neste grupo estão classificadas as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (Bressan, *et al.* 2022).

No Passivo Circulante estão todas as obrigações cuja liquidação deva ser feita no prazo de um ano, ou no prazo de um ciclo operacional, se este for maior. É composto pelos seguintes agrupamentos de contas: Fornecedores; Obrigações Fiscais; Outras Obrigações; Imposto sobre a Renda e Contribuição Social a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Debêntures e Outros Títulos de Dívida e Provisões (Bressan, *et al.* 2022).

No Passivo Não Circulante estão todas as obrigações cuja liquidação deva ser feita no prazo superior a um ano, ou a um ciclo operacional, se este for maior. É composto pelos seguintes agrupamentos de contas: Empréstimos e Financiamentos; Duplicatas Descontadas; Debêntures e Outros Títulos de Dívida; Retenções Contratuais; IR e CS Diferidos; Resgates de Partes Beneficiárias; Provisão para Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes; Provisão para Benefícios a Empregados; Programas de Recuperação Fiscal - REFIS (Bressan, *et al.* 2022).

2.3.1.3. CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O Patrimônio Líquido representa o total de recursos próprios da entidade, pertencentes a seus acionistas ou sócios sendo composto pelas seguintes contas: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações ou Cotas em Tesouraria, Lucros ou Prejuízos Acumulados (Bressan, *et al.* 2022).

2.3.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE evidencia a formação do resultado da entidade ao longo do exercício, detalhando receitas, custos e despesas, até a apuração do lucro ou prejuízo líquido do período. Seu formato segue a estrutura proposta pela legislação societária e pela norma contábil brasileira, de forma a permitir a análise da eficiência operacional da empresa. Segundo o §2º do Art. 176 da Lei 6.404/76, a demonstração do resultado do exercício deve indicar, dentre outras informações, o lucro ou prejuízo operacional e o lucro ou prejuízo do exercício antes da provisão para o imposto de renda.

Em termos conceituais, as receitas são entendidas como aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sobre a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam dos proprietários da entidade. Já as despesas, são do decréscimo dos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da empresa (Bressan, *et al.* 2022).

2.4. ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

A análise dos indicadores financeiros e econômicos é essencial para compreender a saúde financeira de uma empresa e apoiar a tomada de decisões estratégicas. Ela permite traduzir as informações contábeis, muitas vezes complexas, em dados objetivos e de fácil interpretação para gestores, investidores e outros interessados (Britto, 2021).

Esses indicadores são agrupados principalmente em quatro categorias: liquidez, rentabilidade, endividamento e atividade, formando o que Marion (2011) define como o tripé da análise econômica e financeira.

Os indicadores de liquidez medem a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações no curto prazo. Entre os mais utilizados estão a liquidez corrente, a liquidez seca e a liquidez geral, que avaliam a proporção entre os ativos realizáveis e os passivos exigíveis. Um índice superior a 1 geralmente indica que a empresa possui recursos suficientes para quitar suas dívidas de curto prazo (Britto, 2021).

Já os indicadores de rentabilidade mostram a eficiência da empresa em gerar lucro sobre suas vendas, ativos e patrimônio líquido. Indicadores como o retorno sobre o ativo (ROA), margem líquida e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) são úteis para analisar o desempenho econômico e o retorno gerado aos sócios ou acionistas (Corrêa, 2013).

Os indicadores de endividamento demonstram o nível de dependência da empresa em relação a capitais de terceiros. A participação de capital de terceiros (PCT), a composição do endividamento (CE) e o índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) são exemplos que evidenciam a estrutura de capital da empresa e sua capacidade de financiamento com recursos próprios (Marion, 2011). Por fim, os indicadores de atividade avaliam a eficiência operacional da empresa na gestão de seus recursos de curto prazo. Eles analisam a rotatividade de estoques, o prazo médio de recebimento das vendas (PMRV) e a necessidade de capital de giro (NCG). Esses indicadores ajudam a identificar gargalos operacionais e a planejar a alocação eficiente dos ativos circulantes (Corrêa; Assaf Neto; Lima, 2013). A utilização integrada desses indicadores permite não apenas diagnosticar a situação atual da empresa, mas também traçar estratégias de melhoria contínua e avaliar riscos, sendo, portanto, uma ferramenta indispensável para uma gestão eficiente e baseada em dados (Silva, 2022; Britto, 2021).

3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, e de tipo descritivo e exploratório, uma vez que busca compreender e demonstrar como a contabilidade gerencial pode ser utilizada como ferramenta no processo de tomada de decisão dentro das organizações. O estudo visa não apenas a interpretação teórica do tema, mas também sua aplicação prática em um contexto empresarial real.

Realizou-se um estudo de caso em uma empresa que atua simultaneamente na infraestrutura de apoio e assistência a paciente à domicílio e na locação de equipamentos médicos. Nesse estudo, foram analisadas demonstrações contábeis reais e elaborados indicadores gerenciais, com o objetivo de evidenciar melhorias da carga tributária e possíveis análises de distorções dos demonstrativos financeiros no apoio as decisões estratégicas da gestão.

Para desenvolvimento dessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, por ter o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. O desenvolvimento de estudo qualitativo visa gerar um conhecimento mais aprofundado de um fenômeno, as dimensões complexas de um problema ou tema, envolvendo um número restrito de participação ou apenas um.

Assim, a metodologia adotada permite integrar teoria e prática, contribuindo para a validação da contabilidade gerencial como uma ferramenta eficaz na gestão empresarial contemporânea.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Balanço Patrimonial de 2024 evidenciou que o ativo total da empresa apresentou redução ao longo do período, passando de R\$ 5,3 milhões no primeiro trimestre para R\$ 4,3 milhões no segundo, sinalizando retração da base de ativos disponíveis. O passivo circulante aumentou, refletindo maior pressão de curto prazo, enquanto o patrimônio líquido caiu de R\$ 4,1 milhões no início do exercício para R\$ 3,0 milhões, em decorrência de prejuízos acumulados.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) revelou uma sequência de resultados negativos. No primeiro trimestre, o prejuízo foi de aproximadamente R\$ 492 mil, agravando-se no segundo trimestre para R\$ 829 mil, e atingindo R\$ 333 mil

no terceiro trimestre. Esse cenário demonstra margens reduzidas e forte impacto de despesas administrativas e não dedutíveis, que consumiram parte relevante da receita operacional.

Quanto aos indicadores financeiros, observou-se:

- Liquidez Corrente acima de 1, indicando capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, embora em queda no decorrer do exercício.
- Endividamento crescente, com maior participação de capitais de terceiros, o que aumenta o risco financeiro.
- Rentabilidade negativa, com retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) em queda devido aos sucessivos prejuízos.

A análise evidencia não apenas a atual fragilidade financeira da empresa, mas também fornece subsídios para possíveis tomadas de decisão pela gestão. Entre as ações que podem ser implementadas, destacam-se:

- Reestruturação de custos: revisar contratos com fornecedores, renegociar prazos e valores de insumos, bem como otimizar gastos administrativos, especialmente os classificados como não dedutíveis, que têm representado impacto expressivo no resultado.
- Gestão de receitas: investir em estratégias comerciais para ampliar a carteira de clientes e buscar diversificação de serviços, garantindo maior previsibilidade de receitas e diluição dos custos fixos.
- Controle de endividamento: priorizar o pagamento de dívidas de maior custo financeiro, alongar prazos de financiamentos e avaliar alternativas de capital próprio, de modo a reduzir a dependência de capitais de terceiros.
- Gestão de liquidez: monitorar de forma contínua os indicadores de liquidez e fluxo de caixa, implementando políticas de capital de giro que assegurem recursos suficientes para cumprir obrigações de curto prazo sem comprometer a operação.
- Investimento em tecnologia e processos: adotar sistemas de informação e controles internos que permitam acompanhar em tempo real receitas, custos e despesas, favorecendo a tomada de decisão estratégica.

No entanto, diante dos resultados apresentados, a empresa também enfrenta riscos relevantes, tais como:

- Risco de insolvência: se a tendência de prejuízos se mantiver, há possibilidade de comprometimento da capacidade de pagamento e até mesmo de continuidade operacional.
- Risco de perda de credibilidade no mercado: maior endividamento e atrasos em pagamentos podem prejudicar o relacionamento com fornecedores, instituições financeiras e clientes.
- Risco de descapitalização: a redução do patrimônio líquido fragiliza a estrutura de capital e limita a capacidade de investimentos futuros.
- Risco de dependência de capital de terceiros: a elevação de empréstimos e financiamentos expõe a empresa a maior vulnerabilidade em cenários de aumento de juros ou restrição de crédito.
- Risco operacional: a falta de controle sobre custos e despesas pode reduzir a competitividade e inviabilizar a expansão no setor de saúde e transporte, que exige margens ajustadas e alta eficiência.

Essas observações reforçam que, para reverter a situação, é imprescindível que a empresa adote medidas integradas de gestão financeira, planejamento estratégico e controle de custos, garantindo maior estabilidade e sustentabilidade para os próximos exercícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos demonstrativos financeiros da empresa no exercício de 2024 evidencia um cenário desafiador para a gestão, marcado por retração do patrimônio líquido, aumento do passivo circulante e sucessivos resultados negativos. Embora a empresa mantenha relativa capacidade de liquidez, a tendência de prejuízos e o crescimento do endividamento apontam para riscos de sustentabilidade no médio prazo.

A utilização da contabilidade gerencial, aliada à análise de indicadores financeiros, mostra-se essencial para apoiar a gestão na definição de estratégias voltadas à redução de custos, otimização de recursos e equilíbrio entre capital próprio e de terceiros. Reforça-se, assim, o papel da informação contábil como instrumento indispensável para a tomada de decisão, possibilitando maior controle, planejamento e correção de rumos diante da complexidade do setor de saúde e transporte em que a empresa atua.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, Grazielly Antunes; NUNES, Aislan da Silva. **A contabilidade como ferramenta no processo de tomada de decisão. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. e414532, 2023. DOI: [10.47820/recima21.v4i1.4532](https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.4532). Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4532>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRESSAN, Gabriel Henrik Duarte *et al.* **Contabilidade gerencial como ferramenta para análise das demonstrações contábeis de uma empresa do transporte rodoviário**. Várzea Grande–MT, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande. Disponível em: <https://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/cic/article/view/1736>

BATISTA, Gabriel Pontarolo; RIBEIRO, Flávio; MACOHON, Edson Roberto. Utilização dos sistemas de informação para fins gerenciais:: estudo em micro e pequenas empresas do município de Prudentópolis – PR. **REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 82–99, 2021. DOI: 10.21574/remipe.v7i1.288. Disponível em: <https://www.remipe.fatecosasco.edu.br/index.php/remipe/article/view/288>. Acesso em: 18 set. 2025.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRITTO, Mayara Duarte Almeida. **Análise das demonstrações contábeis como forma de avaliação da situação econômica e financeira - estudo de caso da empresa Magazine Luiza S.A.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). 2024. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/f73a58c5-e73f-40e8-bcca-c62dfdd06aeb>

SILVA, Luan Batista da. **A influência das análises das demonstrações contábeis no processo decisório de uma entidade**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4123>

CORRÊA, A. C. C.; ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Os indicadores financeiros tradicionais explicam a geração de valor no Brasil? Um estudo empírico com empresas não financeiras de capital aberto. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/view/6530>. Acesso em: 18 ago. 2025.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: CPC, 2011. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>

LEI Nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações):
BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.* Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm

LEI Nº 11.638/2007 (Alterações na Lei das S/A):
BRASIL. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.* Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm